

MUSEALIZAÇÃO DE TERRITÓRIO COMO ESTRATÉGIA DE GEOCONSERVAÇÃO

Luciano J. Alvarenga*, Paulo de Tarso Amorim Castro

Universidade Federal de Ouro Preto, Universidade do Minho (Portugal)

Um diálogo entre Museologia, Geoconservação Aplicada e Direito do Patrimônio Cultural pode ser fecundo na análise de comportamentos perante o geopatrimônio e no desenvolvimento de processos técnicos e científicos para salvaguarda do patrimônio natural-cultural e de identidades sociais ligadas a ele (RUCHKYS, 2009). A musealização de território encontra embasamento já na Constituição Brasileira, de 1988, cujo texto inclui “espaços destinados às manifestações culturais” e “sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” entre os bens integrantes do patrimônio cultural brasileiro. Lugares de Interesse Geológico – LIG – ou um conjunto deles podem ser classificados e salvaguardados como tais espaços ou sítios. A Lei 11.904, de 2009, que institui no Brasil o Estatuto dos Museus, e o Decreto 8.124, de 2013, que o regulamenta, definem museus como instituições sem fins lucrativos, abertas ao público, a serviço da sociedade e seu desenvolvimento, que visam conservar, investigar, comunicar, interpretar e expor, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de outra natureza cultural. Enquadram-se nessas normas instituições e processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território, objetivando o desenvolvimento cultural, socioeconômico e a participação das comunidades. Processos museológicos consistem em programas, projetos e ações, à luz da museologia, assentes no território, no patrimônio cultural e na memória coletiva, para produção de conhecimento, desenvolvimento cultural e socioeconômico. Os princípios que melhor caracterizam a musealização, destacadamente a do território, atinem à valorização e à preservação do patrimônio cultural e ambiental. Ao incluir bens de natureza material – como os LIG ou um conjunto deles – ou imaterial, portadores de referência ao ambiente natural, à identidade, cultura e memória da sociedade brasileira, como passíveis de musealização, com as medidas de salvaguarda que esse processo implica, a Lei 11.904 e o Decreto 8.124 podem fundamentar iniciativas de conservação de LIG e, mais extensivamente, de instituição de geoparques. O direito brasileiro é aberto, portanto, à criação de “geomuseus”, à maneira dos “exomuseus da natureza” idealizados por A.M. Galopim de Carvalho (2000) ou dos “ecomuseus” referidos na obra de Hugues de Varine (2012), como forma de proteção do patrimônio geológico. Como os LIG que condicionam uma região a obter o título de geoparque da UNESCO (2015) devem estar protegidos juridicamente antes da apresentação do pedido de designação e ser geridos por órgão competente segundo a legislação pátria, a instituição de museus de território serve, igualmente, às estratégias de obtenção do *label* da Organização Internacional. Experiências de museus de território no Brasil, a exemplo do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto (2011), e noutras latitudes da Terra, como o Museu do Território de Alcanena (CAFÉ, 2007), o Museu de Antioquia (ESPINOSA, 2013) e o Museu do Douro (2017), podem trazer saberes e lições para um diálogo entre Museologia, Geociências e Direito do Patrimônio Cultural, com foco na geoconservação.

Referências bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 18 jun. 2017.

BRASIL. Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm>. Acesso em: 14 jul. 2017.

BRASIL. Decreto 8.124, de 17 de outubro de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm>. Acesso em: 14 jul. 2017.

CAFÉ, D. C. *Patrimônio, identidade e memória*: proposta para a criação do Museu do Território

de Alcanena. 2007. 200p. Dissertação (Mestrado em Sociomuseologia) – Departamento de Arquitectura, Urbanismo, Geografia e Artes Plásticas, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2007.

CARVALHO, A. M. G. *Geomonumentos de Lisboa: jazida de briozoários do miocénico inferior de Lisboa*: Polo Sampaio Bruno. Lisboa: Museu Nacional de História Natural, 2000.

DE VARINE, H. *Raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Tradução M. L. P. Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

ECOMUSEU DA SERRA DE OURO PRETO. *O Ecomuseu*, 2011. Disponível em: <http://www.ecomuseuserraop.ufop.br/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=53>. Acesso em: 14 jul. 2017.

ESPINOSA, C. E. R. O museu, algo mais do que abrigar o patrimônio, o caso de museu e territórios no Museu de Antioquia. *Observatório Itaú Cultural*, n. 15, 2014.

MUSEU DO DOURO. *Missão e objetivos*, 2017. Disponível em: <<http://www.museudodouro.pt/museu-douro-missao-objetivos>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

RUCHKYS, U. A. Geoparques e a musealização do território: um estudo sobre o Quadrilátero Ferrífero. *Revista do Instituto de Geociências – USP*, publ. espec., n. 5, p. 35-46, 2009.

UNESCO. *Estatutos del Programa Internacional de Ciencias de la Tierra y Geoparques*, 2015. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/pdf/IGGP_IGCP_UGG_Statutes_Guidelines_ES.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2017.